

Surdez e o Atendimento Educacional Especializado: desafios e possibilidades

Aline de Menezes Bregonci¹

Resumo

O presente trabalho é resultado da pesquisa desenvolvida pelo ONEESP realizado no estado do Espírito Santo, nos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Guarapari e Serra. Ele se propõe a discutir as questões que envolvem o Atendimento Educacional Especializado e a Surdez, buscando compreender através das narrativas docentes, quais são os principais desafios e as possibilidades do trabalho desenvolvido com os estudantes surdos nas escolas comuns e inclusivas. Como metodologia utilizamos a análise das narrativas de uma das docentes que participou dos encontros do ONEESP de formação de gestores da Educação Especial, para fazer essas análises, lançamos mão de Benjamin (1994). Ao longo do texto, buscamos através das falas dessa professora, sinalizar os desafios e as possibilidades narradas por ela, levando em conta a legislação atual e os estudos na área da surdez, que observam as questões históricas e sociais dos surdos, sua língua, cultura e identidade. Nas considerações finais, buscamos discutir caminhos e possibilidades para a questão do Atendimento Educacional Especializado para os estudantes surdos.

Palavras-chave: Surdez. Atendimento Educacional Especializado. Narrativas

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFES – Linha: Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFES. Especialista em LIBRAS e Professora Assistente I do CCA-UFES. Orientadora: Denise Meyrelles de Jesus

Compreendendo o ponto de partida

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007) o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é responsável por disponibilizar os diferentes recursos necessários para a inclusão dos estudantes público alvo da educação especial na escola comum. Para atender as diversas demandas deste atendimento o Decreto 7611/2011 dispõe sobre as áreas de atuação dos docentes especializados, bem como o público por eles atendidos.

Nesta perspectiva, os estudantes surdos estão descritos dentro da Política Nacional como parte do público atendido pela Educação Especial. No texto da política fica definido que para a inclusão dos alunos surdos na escola comum devem ser observadas questões específicas dos estudantes surdos.

Para a inclusão dos alunos surdos, nas escolas comuns, a educação bilíngue - Língua Portuguesa/LIBRAS, desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. O atendimento educacional especializado é ofertado, tanto na modalidade oral e escrita, quanto na língua de sinais. Devido à diferença linguística, na medida do possível, o aluno surdo deve estar com outros pares surdos em turmas comuns na escola regular. (BRASIL, 2007, p.16)

Nesse sentido, é possível observar que o texto da política considera a necessidade do aprendizado da Língua Portuguesa na modalidade escrita de forma diferenciada, a presença do tradutor intérprete no cotidiano escolar e o contato de estudantes surdos com outros surdos, observando a necessidade da presença do par linguístico.

Este ponto tem sido um grande embate entre a comunidade surda e as políticas de inclusão, uma vez que existem divergências entre o que os surdos almejam como educação e o que a política de educação inclusiva tem proposto em relação aos surdos, principalmente no que tange a discussão de classes bilíngues em escolas comuns ou escolas bilíngues para surdos.

Se levarmos em conta este debate numa perspectiva da língua e de suas representações podemos observar que os anseios da comunidade surda são justos nos aspectos linguísticos e sociais.

Linguísticos porque as falas e enunciações só ganham sentido quando compõem situações anteriores e posteriores a ela, ou seja, estão inscritas numa perspectiva histórica. Goldfeld

(2002) salienta isso baseada nas ideias de Bakhtin e Vigotsky que consideram a língua como parte da consciência do indivíduo, ou seja, não há como separar a língua do social e individual.

Sociais porque os surdos constroem uma identidade a partir das representações produzidas pela sua língua e sua percepção de mundo de modo visual. Segundo Kelman (2012) os processos culturais são mediados pelos signos.

Cabe aqui analisarmos os processos culturais que são construídos coletivamente e mediados pelos signos. Ao adquirir linguagem, o homem utiliza-se dos signos verbais para referir-se a algo, ainda que ausente, iniciando-se, assim, o pensamento abstrato, conceitual. É através dos signos, integrantes dos processos interacionais e comunicativos entre os homens, que a cultura tem a sua origem [...] (p. 55)

Assim, considerar que os surdos necessitam de seus pares linguísticos é, sobretudo compreender onde se dão os processos sócio-afetivos de aprendizagem e de desenvolvimento social.

Mas não podemos negar que há um esforço em atender essas demandas reivindicadas pelos surdos e educadores de surdos dispostas dentro da legislação. No sentido de atender a diferença linguística dos surdos, considerando a língua de sinais como língua de instrução.

Sobre isso o Decreto 7611/2011, que delibera sobre o Atendimento Educacional Especializado leva em conta em seu artigo 1º, [...] § 2º No caso dos estudantes surdos e com deficiência auditiva serão observadas as diretrizes e princípios dispostos no Decreto 5626/2005. (BRASIL, 2011)

Deste modo, se observarmos o que nos diz o artigo 22 deste decreto, pela lei fica disposto que

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação. [...] (BRASIL, 2005)

No texto do decreto fica claro como os estudantes surdos precisam ser atendidos nas escolas para ter a sua diferença contemplada. Contudo, esse mesmo texto nos deixa indagações sobre como isso tem ocorrido nas escolas.

Movidos por essa indagação, que na verdade não só tem relação com os estudantes surdos, mas com todos os estudantes atendidos pelo Atendimento Educacional Especializado, o Observatório Nacional da Educação Especial (ONEESP), através de uma rede de pesquisa buscou identificar como os professores que atuam na sala de recursos multifuncionais estavam realizando este trabalho em todo o Brasil.

No estado do Espírito Santo, na região Metropolitana de Vitória, foram realizados vários encontros com professores da educação especial de cinco municípios – Vitória, Cariacica, Vila Velha, Guarapari e Serra, nos quais foi possível identificar diversos anseios por parte desses professores, no sentido de sistematizar e oferecer o Atendimento Educacional Especializado conforme previsto na legislação.

Dentre esses professores estavam presentes os responsáveis pela educação de surdos nesses municípios. Assim, através das falas dos encontros que foram gravadas e transcritas, é possível perceber os desafios e possibilidades expostos por esses profissionais.

Metodologia

Para construir este texto foram reunidas narrativas docentes de doze encontros realizados com os gestores e professores da Educação Especial dos municípios de Vitória e Serra.

Como o foco de nossa pesquisa são as narrativas relacionadas com o tema da surdez, da transcrição desses doze encontros, selecionamos todas as falas relacionadas com a surdez. Posteriormente, foram analisadas todas as falas e encontramos a narrativa de uma professora que muito nos chamou a atenção, e é sobre ela e suas narrativas que versaremos este trabalho. A ela demos o nome fictício de Maria.

Para analisarmos as falas de Maria lançamos mão das ideias de Benjamin, contidas no texto O Narrador do ano de 1994.

As falas da professora Maria foram analisadas no que tangem as questões relacionadas ao que ela coloca como *desafios* e também nas falas onde ela sinaliza as *possibilidades* dos trabalhos a serem realizados com estudantes surdos dentro do atual cenário das políticas de inclusão.

Desafios

Quem é o surdo? Essa é uma pergunta que antes da Lei 10436/2002 e do Decreto 5626/2005 imprimia muitas dúvidas entre os docentes da escola comum, uma vez que a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) não fazia parte, como componente curricular dos cursos de licenciatura.

Hoje, esse cenário está em curso de mudança, uma vez que a inserção da disciplina LIBRAS e de outros cursos de formação, que em seus componentes curriculares buscam discutir um pouco sobre a surdez, a Língua de Sinais, questões culturais dos surdos dentre outras, possibilitam pensar uma resposta para essa questão.

Sobre esse desafio que está em processo em grande parte das escolas, a professora Maria nos mostra como é o fluxo contínuo desse processo dentro das escolas.

A melhor experiência que eu tive em resultado foi quando eu estava junto com o professor, que eu ia nas escolas, eu falo muito isso com as meninas, ia nas escolas conversar sobre o que é a surdez, qual o processo porque eles não têm isso, por mais que a faculdade possa falar, todos nós já fomos alunos e nós sabemos que a gente aprende muito pouco na sala de aula, a gente aprende muito na prática, discutindo, compartilhando ali um pouco na prática muitas vezes informações que você lê ali.

O que a professora Maria apresenta em sua fala tem ligação exatamente com isso, o passado e o presente relacionados. Ou seja, antes não havia a disciplina, hoje ela existe, mas será que ela responde para o discente de licenciatura e para o professor quem é o surdo?

As inquietações dessa professora tem relação estreita com a maioria das dúvidas dos professores, o que ela traz do seu lugar é algo que devemos considerar, afinal ao narrar essas angústias, ela atualiza em sua memória as inquietudes do seu cotidiano de trabalho. Nesse sentido, ela aponta algumas ações que ela considerou importante durante os processos de formação no seu trabalho nas escolas.

“Coloquei aqui oportunidade para atualizar a língua Libras e discutir mais sobre as questões de aprendizagem da alfabetização em português do aluno surdo. É muito difícil você alfabetizar em Português. E também coloquei mais sobre surdo-cegueira. (...) E também uma atualização, um estudo sobre

as leis da educação especial, políticas públicas. E tecnologia assistiva, informática, (...) e como funciona isso”.

Segundo Benjamin (1994) o narrador traz esse sentimento de contar sua experiência e através dela construir uma moral, trazer à tona os sentidos e as emoções por ele vivido. Quais os sentimentos que movem a professora Maria? Como ela se sente ao ter dúvidas em como alfabetizar um estudante surdo?

As dificuldades expostas pela professora estão presentes em diversos textos da literatura da área. Sobre isso Karnopp e Pereira (2012) nos dizem que

A questão do letramento de alunos surdos tem preocupado profissionais e pesquisadores da área da surdez, uma vez que, embora desenvolva habilidades de codificação e decodificação, a maioria apresenta muita dificuldade para atribuir sentido ao que lê. Essa dificuldade pode ser atribuída não só as concepções de leitura e de escrita que embasam as práticas pedagógicas utilizadas na escola, mas também ao pouco conhecimento do português que quase a totalidade dos surdos apresenta quando chega à escola. (p.126)

Dessa forma compreendemos que essas preocupações são latentes entre os que trabalham com os estudantes surdos, seja no Atendimento Educacional Especializado ou na sala comum, pois a questão da apropriação da leitura e da escrita pelos surdos passa pela aquisição da língua, e do uso na rotina diária como forma de significar o mundo, pois é através da língua que o estudante vai compreendendo o que lê e não simplesmente decodificar.

E quando o surdo ainda não se apropriou da língua, como ele vai desenvolver a escrita? Como ele vai significar esse mundo? Para pensar essas questões a professora Maria trouxe a temática da avaliação, afinal, na educação ela bate à porta a todo o instante e é recorrente que os professores tenham dúvidas ao avaliar a forma de escrita do estudante surdo, ou se ele realmente aprendeu.

“[...] A escola não aceita uma forma muito diferente de avaliar o aluno. Eu vou falar da minha área específica que é a Surdez, e que está muito relacionada à questão de Língua. [...] Então ainda estamos com essa resistência muito grande. O aluno que não se apropriou da língua escrita, ele não sabe nada! Então a gente fica neste desafio o tempo todo. Quando a gente sabe avaliar, a escola ainda não aceita esse tipo de avaliação. Então quando você fala que a avaliação é para intervir, eu me sinto morta dentro da escola, porque nem vale a pena avaliar!

Eu avalio para mim, mas a escola não participa dessa avaliação e nem tem interesse. [...] Já tive uma aluna do 9º ano que a escola até a professora de Educação Especial dizia que ela não sabia nada porque não se apropriou da língua. [...] Mas eu sabia que ela sabia de algo. [...] Isso é algo que me angustia muito! Aí eu tive que chegar para a colega e perguntar: Mas será

que a gente está sabendo avaliar o aluno? [...] E avaliar o quê, se não sabemos também? [...] E avaliar em cima daquilo que não foi feito?”.

De fato, o que a professora expõe tem relação com o que Karnopp e Pereira (2012) apontam em relação a pouca exposição das crianças surdas as conversas em família e as informações cotidianas, pois essa falta sempre as colocam em desvantagem as crianças ouvintes. Além disso, isso explica porque boa parte das crianças surdas que chegam as escolas são consideradas defasadas no processo de aquisição da escrita, pois sendo menos expostas ao saber cotidiano isso lhes falta na hora de atribuir sentido ao texto escrito. (p.128)

A avaliação tem sido o calcanhar de Aquiles na educação de estudantes surdos, pois tanto a literatura, quanto a professora Maria apontam grandes dificuldades em realizar avaliações, principalmente nas questões que envolvem a escrita do sujeito surdo. Fora as ausências de práticas cotidianas que poderiam impulsionar o desenvolvimento dos estudantes surdos e que ainda ficam a desejar, como a professora aponta [...] *E avaliar o quê, se não sabemos também? [...] E avaliar em cima daquilo que não foi feito?”.*

Podemos identificar essas questões como algumas dificuldades que os professores das salas comuns e das salas de recursos multifuncionais têm enfrentado no cotidiano da escola e que a professora Maria tem exposto durante os encontros realizados pelo ONEESP.

Quando a criança sair da educação infantil ela tem que ter, minimamente, a língua de sinais. Mas se os pais não forem atrás disso quem vai sofrer vai ser a escola. E a criança. Se a criança não for colocada nessa imersão linguística dentro da escola, porque fora de casa a escola é onde ela fica mais tempo”!

O que a professora Maria expõe nesta fala é algo que devemos considerar, uma vez que a língua vai desenvolver este papel de diálogo entre a criança e o mundo, sem ela, fica muito difícil passar pelo processo de aquisição da escrita. E se considerarmos que as relações humanas se dão através da linguagem isso fica ainda mais evidente. Karnopp e Pereira(2012) citam Pereira (2000) que fala exatamente da função da língua neste processo.

A língua de sinais preenche as mesmas funções que a linguagem falada tem para os ouvintes, espera-se que a língua de sinais seja adquirida na interação com usuários fluentes da mesma, os quais, envolvendo as crianças surdas em práticas discursivas e interpretando os enunciados produzidos por ela, insiram-nas no funcionamento dessa língua (PEREIRA, 2000 apud KARNOPP E PEREIRA, 2012)

Assim consideramos que a dimensão que a Língua de Sinais possui dentro da comunidade surda, é a mesma que a Língua Portuguesa possui, para todos nós falantes desse idioma. A Língua Portuguesa é a materialização dos nossos sentidos, sentimentos, enunciações, posicionamentos políticos e de toda nossa forma de expressão, dentro de um conjunto maior que é a linguagem. Por isso a importância de garantir a todos os estudantes surdos o acesso à língua, uma vez que a maioria, sendo filhos de pais ouvintes chegam à escola sem ela.

Possibilidades

As possibilidades apontadas pela professora Maria, diante de tantos desafios, acabam por expressar um espaço mais tímido dentro de suas falas, mas isso nos é compreensível devido ao pouco tempo de existência dos aparatos legais e de se pensar uma educação bilíngue para surdos.

Algumas pesquisas recentes tem sinalizado que os professores pouco exploram a capacidade linguística do surdo, pressupondo uma tabula rasa, um estranho em relação ao português (KARNOPP E PEREIRA, P.131, 2012). Este fato nos dá pistas para compreender as dificuldades expostas pela professora Maria em relação ao aprendizado de seus alunos, uma vez que esses chegam para ela sem uma língua materna definida e ainda são pouco incentivados no exercício da Língua Portuguesa, ou seja, como professora da sala de recursos multifuncionais, ela precisa dar conta da língua materna e da segunda língua, o que dificulta muito o seu trabalho. Sobre isso a professora Maria nos diz

É a questão da operacionalidade. Falta operacionalizar melhor isso aí. A gente tem um currículo, um conteúdo com o aluno de 8 anos de idade, no 2º ano, e aí nosso aluno da educação especial não consegue- "Se você perguntar para mim qual é o mais cansativo: se é o trabalho da sala de aula ou se é o trabalho com 'meia dúzia' de alunos, com certeza essa 'meia dúzia' de alunos é mais cansativa. Não fisicamente, mas psicologicamente. Você fica mais desgastada, porque tem a questão do caminhar sozinho, as demandas que eles trazem para você e tem que dar conta- e você não dá- de fazer tudo sozinho, isso interfere muito. Mas eu acho que, por outro lado, o que está batendo também hoje na educação especial, além das políticas e acompanhar tudo isso e ele vai começando a entrar com algumas desvantagens. Só que, parece que ele não vai conseguir se apropriar e passa o ano e parece que ele não se apropriou de nada também! Eu não gosto do termo adaptação curricular, mas de alguma coisa ele tem que dar conta! Então é fazer um currículo próprio para ele! Preparar alguma coisa dentro do currículo do 2º ano, e vamos ver do que ele vai dar conta. Mas isso tem que ser mais sistematizado e o AEE, no caso, não dá conta disso porque quantas vezes você atende esse aluno por semana? Você não atende todo o dia. Então o AEE- vocês que atendem o aluno com deficiência mental, eles têm professor na sala de aula com o professor regente?

O que a professora propõe é uma melhor organização, ela chama de “operacionalidade”, para que o atendimento tenha êxito. É muito importante destacar que o papel da escola frente às práticas que possibilitem a aquisição de língua materna e da leitura e da escrita pelos estudantes surdos, tem fundamental importância. Talvez se mais forças fossem concentradas nessas questões básicas isso auxiliaria a professora Maria em suas atividades realizadas na sala de recursos multifuncionais, ou mesmo nas salas bilíngues para surdos existentes em outras escolas.

Afinal, para dar conta das atividades propostas pelos professores da sala comum, os estudantes surdos necessitam da Língua de Sinais para a compreensão e da Língua Portuguesa escrita para a execução dos exercícios, trabalhos, provas, dentre outros. É fato que eles podem ser avaliados de outras formas, mas para que a educação bilíngue para surdos, prevista no Decreto 5626/05 se concretize, é necessário que eles se apropriem da leitura e da escrita.

Seria muito interessante que fossem consideradas também, questões acerca dos trabalhos realizados na educação infantil e sobre o currículo, que apesar de não serem objetos deste estudo, são fatores que devemos sinalizar e considerar como essenciais no percurso dos estudantes como um todo. Sobre o ensino infantil e o currículo, Maria também aponta uma possibilidade interessante que pensa em construir em sua rede de trabalho.

Agora, eu não penso em outra coisa na área da surdez, e até nas outras áreas também, se a gente não começar a trabalhar na educação infantil, ter propostas muito fortes ali para que não chegue... e com esses que estão aqui. (...) Porque a gente vai ter que fazer um trabalho intensivo com os nossos alunos que estão hoje na Serra. Organizar um projeto para eles com um currículo com o que eles têm que dar conta até o 9º ano, e esses que estão começando...”

Devemos compreender que essas preocupações apontadas por Maria como “possibilidades” são sinais de que o trabalho atual não tem dado o devido suporte a esses estudantes, que muitas vezes terminam o ensino fundamental sem o domínio da leitura e da escrita. Talvez, falta compreender o real papel da sala de recursos e da sala comum nesse processo, onde o professor regente e o professor especialista devem atuar para se chegar ao processo de alfabetização dos estudantes surdos.

Santos (2012) considera que as concepções construídas acerca da sala recursos multifuncional como um espaço de apoio ao que é aprendido em sala tem demandado reflexões sobre como

fazer o trabalho complementar e suplementar que possa realmente dar este suporte as práticas pedagógicas nas escolas.

Essa discussão possibilita a compreensão de que a sala de recursos não é, apenas, um espaço de apoio, mas um espaço escolar que consolida o aprofundamento de conhecimentos que auxiliam no seu desenvolvimento e aprendizagem. Este espaço escolar utiliza-se de recursos específicos e sistematicamente organizados para atender às necessidades indicadas pelo aluno surdo. Sua organização e gerenciamento não dependem apenas da figura do professor deste tipo de atendimento. As ações deste professor devem ser baseadas na articulação coletiva do trabalho pedagógico em que o aluno frequenta a turma regular (p.81)

O que a autora nos apresenta enquanto discussão tem relação estreita com as preocupações apresentadas por Maria, porque ambas compreendem que a falta de articulação entre o que é trabalhado na sala comum e na sala de recursos multifuncionais tem deixado a educação de surdos passar por grandes dificuldades, como as apontadas por Maria.

Considerações Finais

Nesta pesquisa procuramos apresentar algumas preocupações de uma professora que trabalha com alunos surdos no Atendimento Educacional Especializado, apresentadas durante os encontros do ONEESP no estado do Espírito Santo. As falas dessa professora nos dão muitas pistas sobre como entender a situação da educação de surdos em sua rede de trabalho e quais são os principais desafios que ela encontra, e dentro deste processo, quais são as possibilidades que ela consegue enxergar no fim do túnel.

A experiência dessa professora, enquanto narrativas de um processo, dão conta do que Benjamin (1994) trata como uma transmissão do vivido, da vontade de trazer à tona essas lembranças e a partir de sua exposição, aconselhar, compartilhar e transmitir conhecimento.

O que Maria faz é exatamente isso, ela não simplesmente conta, mas reflete sobre a sua experiência no Atendimento Educacional Especializado, aponta as contradições, mas também tem esperanças em relação ao que pode vir a ser.

A busca de Maria ao narrar e incorporar a experiência por ela vivida naquele espaço da sala de recursos multifuncionais traz consigo, além dos aspectos peculiares daqueles momentos, motivações baseadas em sua sabedoria enquanto uma docente que busca através de suas falas ir

de encontro com as angústias do passado, atualizando sua memória para pensar sobre o seu trabalho.

A experiência dessa docente, captada por suas narrativas nos mostram aspectos que devemos considerar para pensar em possibilidades frente aos desafios que o Atendimento Educacional Especializado para surdos nos tem proposto. Dentre eles podemos destacar: como pensar em atender os anseios da comunidade surda acerca do processo de escolarização das crianças surdas? Como pensar em cumprir a legislação vigente? Como pensar nas práticas pedagógicas que tem sido desenvolvidas?

Começamos este trabalho com perguntas e concluímos da mesma forma, pois assim como Maria, estamos pensando em como construir uma educação de surdos que consiga responder a todas as perguntas apresentadas neste texto.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, WALTER. **O Narrador. Considerações sobre o obra de Nikolai Leskov.** In: BENJAMIN, Walter (org). **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994, p.197-232.

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua de Sinais – e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>. Acesso em 03 de abril de 2014.

BRASIL. **Decreto nº 5.626. Regulamenta a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002,** que dispõe sobre a Língua de Sinais – LIBRAS e o art. Da lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Publicada no Diário Oficial da União em 22/12/2005. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 05 de abril de 2014.

BRASIL. **Decreto nº 7611,** de 17 de novembro de 2011, disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011.../Decreto/D7611.htm, acesso em 05 de abril de 2014.

BRASIL. **Decreto nº 6571,** de 17 de setembro de 2008, disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/...2010/2008/Decreto/D6571.htm, acesso em 10 de abril de 2014.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva,** de 05 de junho de 2007, disponível em http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acesso em 16 de abril de 2014.

GOLDFELD, Márica. **A Criança Surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

KARNOPP, Lodenir Becker, PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **Concepções de leitura e de escrita na educação de surdos**. In: LODI, Ana Cláudia Balieiro et. al.(orgs) Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012, p.125-134

KELMAN, Celeste Azulay. **Multiculturalismo e surdez: respeito às culturas minoritárias**. In: LODI, Ana Cláudia Balieiro et. al.(orgs) Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012, p.49-70

SANTOS, Kátia Regina de Oliveria Rios Pereira. **Projetos educacionais para alunos surdos**. In: LODI, Ana Cláudia Balieiro et. al.(orgs) Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012, p.71-88